

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Provas Processuais Penais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 02 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas/aula

I – EMENTA

Prisão. Liberdade provisória. Teoria da prova. Provas processuais penais em espécie. Exame de corpo de delito. Interrogatório do réu. Confissão. Prova testemunhal. Prova documental. Prova pericial. Busca e apreensão. Citações, intimações e notificações. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimentos comuns da competência do Juiz singular e do Tribunal do Júri. Procedimentos especiais para crimes apenados com reclusão e detenção. Procedimento das contravenções.

II – OBJETIVOS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.



IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Prisão Penal.

- 1.1. Conceito e Modalidades.
- 1.2. Prisão Cautelar e Prisão Processual.
- 1.3. Princípios e Legalidade da Prisão.
- 1.4. Prisão em Flagrante.
- 1.5. Prisão Temporária ou Provisória.
- 1.6. Prisão Preventiva.
- 1.7. Prisão por Sentença de Pronúncia.
- 1.8. Prisão por Força de Sentença Condenatória Recorrível.
- 1.9. Prisão por Força de Sentença Condenatória Irrecorrível.

2. Mecanismos Legais para Restabelecimento da Liberdade.

- 2.1. Liberdade Provisória.
- 2.2. Princípios Norteadores do Instituto.
- 2.3. Casos em que o Agente se Livra Solto.
- 2.5. Relaxamento da Prisão em Flagrante.
- 2.6. Conversão da Prisão Temporária em Preventiva.
- 2.7. A Liberdade Provisória com ou sem Vinculação.
- 2.8. A Revogação da Prisão Preventiva.

3. Considerações Preliminares sobre a Prova Penal.

- 3.1. Conceito e Objeto da Prova Penal.
- 3.2. Classificações e Meios de Prova.
- 3.3. As Fases do Procedimento Probatório.
- 3.4. A Constituição Federal e os Meios de Prova.
- 3.5. Teoria dos “Frutos da Árvore Envenenada”.
- 3.6. Teoria da Razoabilidade ou Proporcionalidade.
- 3.7. Ônus da Prova.
- 3.8. O Sujeito Passivo e o Ônus da Prova.
- 3.9. Sistemas de Apreciação.
- 3.10. Princípios da Prova Penal.

4. Exame de Corpo de Delito.

- 4.1. Exames Periciais.
- 4.2. Realização das Perícias.
- 4.3. Exames Necroscópicos.
- 4.4. Outras Perícias.

5. Interrogatório do Acusado

- 5.1. Natureza e Conceito.
- 5.2. Oportunidade.
- 5.3. Características e Formalidades.
- 5.4. O Interrogatório e a Ampla Defesa.

6. Da confissão e do ofendido.

- 6.1. Conceito.
- 6.2. Confissão Qualificada.

7. Prova Testemunhal.

- 7.1. Conceito e Classificação.
- 7.2. Número e Espécies.
- 7.3. Impedimentos.
- 7.4. Deveres das Testemunhas.
- 7.5. Valor Probatório.
- 7.6. Oportunidade para o Questionamento da Prova.
- 7.7. As alterações introduzidas pelas Leis 11.690/08 e 11.900/09



8. Reconhecimento de Pessoas e Coisas

9. Acareação e Indícios

10. Prova Documental.

10.1. Conceito de Documento.

10.2. Forma e Espécies.

10.3. Normas Procedimentais.

10.4. Incidente de Falsidade.

11. Prova Pericial.

11.1. Perícias em Geral.

11.2. Natureza Jurídica.

11.3. Conceito e Importância das Perícias.

11.4. Valoração da Prova Pericial.

11.5. Obrigatoriedade da Perícia.

11.6. Indícios e Presunções.

12. Busca e Apreensão.

12.1. Conceito, Iniciativa e Execução.

12.2. Objeto da Diligência.

12.3. Busca Domiciliar.

12.4. Busca Pessoal.

12.5. A Constituição Federal e os Direitos Individuais.

13. Citações, Intimações e Notificações em Processo Penal.

14. Processo e Procedimento em Matéria Penal.

14.1. Pressupostos Processuais.

14.2. Formas Procedimentais.

14.3. Procedimento Comum. Ordinário, sumário, sumaríssimo.

14.4. Procedimento da Competência do Tribunal do Júri.

14.4.1. Da Acusação e da Instrução Preliminar. Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Do Alistamento dos Jurados. Desaforamento. Da Organização da Pauta. Do Sorteio e da Convocação dos Jurados. Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença. Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri. Da Instrução em Plenário e dos debates. Do Questionário e sua Votação dos quesitos. Sentença.

14.5. Procedimentos Especiais.

14.5.1. Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

14.5.2. Crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Crimes.

14.5.3. Crimes contra a propriedade imaterial

14.5.4. Restauração de autos extraviados ou destruídos

14.6. Procedimento das Contravenções.

15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.



VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

JESUS, Damásio E de. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LOPES JR. Aury. **Introdução Crítica ao Direito Processual Penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **Direito Processual e sua conformidade processual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DEMERCIAN, P. H. **Curso de processo penal**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. Campinas: Millennium/Bookseller, 2003. v. 2.

NOGUEIRA, P. L. **Curso completo de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2000.

NORONHA, Edgar Magalhães. **Curso de direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2008.

